



DIREITO CIVIL

3º Simulado

2ª Fase do XXXII

Exame da OAB

DIREITO CIVIL

PROVA PRÁTICO - PROFISSIONAL

Informações gerais

- Essa prova é focada na 2ª fase do XXXII Exame de Ordem da OAB;
- A peça prática-profissional e as questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca do certame, a FGV;
- 5 horas é o tempo disponível para a realização da prova, incluso o tempo para preenchimento do caderno de textos definitivos, tente realizar este simulado respeitando este limite de tempo conforme ocorrerá no dia de seu exame.
- Se possível realize a transcrição dos textos respostas para um outro papel, respeitando o número de linhas, assim poderá exercitar o seu tempo.
- Esse simulado não é uma das rodadas de correção de peças e questões individualizadas, que serão disponibilizadas futuramente somente aos alunos que efetuaram a compra do nosso curso.
- Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir da aula em vídeo, sua peça e suas questões.
- A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO, no canal do Estratégia OAB no YouTube comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

Siga as nossas Redes Sociais

Estratégia OAB no YouTube
[instagram.com/estrategiaoab](https://www.instagram.com/estrategiaoab)



ATENÇÃO!

Esse caderno de prova é disponibilizado de maneira gratuita, para que os candidatos à 2ª Fase do XXXII Exame possam praticar. Por isso, será importante para nós que você dê o máximo de publicidade a esse simulado. Envie para os seus amigos, mande em listas de e-mails, *WhatsApp*, etc. Assim, mais gente tem acesso a ele! =) O objetivo é difundi-lo ao máximo!

O fato de o simulado ser gratuito, não significa que ele não seja protegido pela Lei de Direitos Autorais. A cópia ou distribuição não autorizada, sujeita o infrator às sanções previstas nos arts. 101 e ss. da Lei 9.610/1998.

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Paulo Sousa

Ana e Felipe são casados e sócios da pessoa jurídica ANFE. Em março de 2017, Ana descobriu que Felipe, seu esposo, mantinha um caso extraconjugal com Soraia, vizinha do casal. Para vingar-se da traição, Ana passou a desviar valores da ANFE, depositando-os na conta da sua irmã, Paula, para desprestigiar Felipe, de modo a não haver valores suficientes para quitar as dívidas com os credores, prejudicando, assim, a imagem que seu esposo tinha no comércio. A pessoa jurídica Raio de Sol, mantinha contratos milionários com a ANFE há anos, pois seu sócio, João, conhecia bem a pessoa jurídica e sabia que seus lucros estavam cada vez maiores. No entanto, em agosto de 2018, Raio de Sol, foi surpreendida com o inadimplemento de vários dos contratos.

Desconfiando de desvio de personalidade, Raio de Sol, ingressou com uma ação requerendo a desconsideração da personalidade jurídica, para que o patrimônio de ambos os sócios, Ana e Felipe, fosse atingido. A ação tramitou na 77ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro.

Durante o trâmite da ação, Felipe descobriu os desvios feitos por Ana, divorciando-se dela e partilhando o patrimônio. Felipe, então, fundamentou a sua defesa na falta de responsabilidade, já que não participou dos desvios feitos por sua ex-cônjuge. Na sentença, o juízo deferiu a desconsideração da personalidade jurídica, para atingir somente o patrimônio de Ana.

Contudo, Raio de Sol não se conformou com a sentença, já que o patrimônio de Ana era insuficiente à quitação. Assim, no dia 20/02/2020, Raio de Sol apresentou Apelação, argumento que: I – A reforma da sentença, deveria atingir o patrimônio de Felipe, pois, ele também era sócio da pessoa jurídica, devendo responder pelo desvio de finalidade; II – O patrimônio de Felipe não seria atingido apenas em caso de confusão patrimonial, mas, como ocorreu desvio de finalidade, seus bens pessoais também devem ser atingidos; III - Seja dado efeito suspensivo ao recurso.

Em face dessa situação hipotética, na qualidade de advogado(a) contratado(a) por Felipe, redija a peça processual cabível, abordando todas as questões processuais e de direito material necessárias à defesa de seu cliente. Considere que a publicação da apresentação da Apelação tenha sido em 04/03/2020 (quarta-feira) inexistindo feriado nacional ou local no período. A data da peça processual deve corresponder ao último dia do prazo para sua apresentação.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	

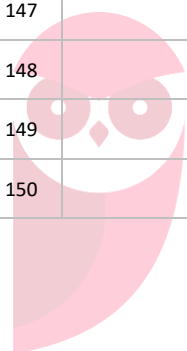
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	

41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	

72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	
91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	

103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	
121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	

134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	



Estratégia
OAB

QUESTÃO 1

Júlia e Roberto eram melhores amigos durante toda a vida, e começaram a namorar. Após três anos de namoro, Júlia, com 15 anos de idade, engravidou de Roberto, com 17 anos, e decidiram casar. Os pais de Roberto são divorciados, e a guarda dele é compartilhada. A sua mãe autorizou o casamento, mas o seu pai é totalmente contrário, e dissentiu. Por sua vez, os pais de Júlia, tendo em conta a gravidez da adolescente, consentiram com o casamento. Assim, responda:

- a) O casamento entre Roberto e Júlia será possível?
- b) Caso o casamento seja realizado, ele possuirá quais efeitos? Os jovens podem tomar alguma medida judicial ou extrajudicial?

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	

23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



Estratégia

OAB

QUESTÃO 2

Joaquim, casado com Márcia sob o regime de comunhão parcial de bens, com quem teve um filho, Quinzinho, manteve um relacionamento extraconjugal com Marta, até falecer. Durante esse relacionamento, presenteou a concubina com um apartamento, que havia adquirido antes do casamento. No dia do enterro de Joaquim, Marta compareceu ao velório e deu à Márcia e Quinzinho conhecimento da relação extraconjugal que manteve com ele e da doação realizada.

Diante deste cenário, responda:

- a) Considerando o regime de bens escolhido pelo casal, a doação à concubina será válida?
- b) Qual a medida judicial cabível para contestar a doação? Em qual prazo? Quem possui legitimidade?

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	

22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



Estratégia
OAB

QUESTÃO 3

Clara e Pedro tiveram um curto relacionamento amoroso e, algum tempo depois, Clara apareceu grávida, afirmando que Pedro era o pai do seu filho. Contudo, Pedro não acreditou e não quis reconhecer a paternidade da criança. Quando o bebê nasceu, Clara ajuizou ação de investigação de paternidade, e foi realizado um exame de DNA no Laboratório Genes, em 10/01/2015, o qual apresentou resultado negativo. Clara não acreditou nesse resultado, uma vez que não manteve relações com mais ninguém nesse período, e convenceu Pedro a realizar outro exame de DNA, no mesmo laboratório, em 20/04/2015, o qual, dessa vez, apresentou resultado positivo para paternidade. A fim de dirimir todas as dúvidas, foi feito mais um teste, em outro laboratório, o qual também obteve resultado positivo de paternidade, restando claro que o primeiro exame feito pelo Laboratório Genes foi incorreto. Por esse motivo, em 30/09/2018, Clara ajuizou ação de compensação por danos morais em face do referido laboratório, a qual foi julgada liminarmente improcedente, em razão do reconhecimento da prescrição da ação.

Levando em consideração tais fatos, responda:

- a) Há responsabilidade civil do laboratório Genes?
- b) Qual medida judicial Clara deverá tomar diante da improcedência liminar do pedido, e sob qual fundamento?

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	

18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



Estratégia

OAB

QUESTÃO 4

Lino e José são muito amigos e vizinhos há mais de vinte anos. Desde que Lino mudou-se para o imóvel, embora este possuísse acesso próprio à via pública, ele utiliza todos os dias o terreno de José para atravessar em segurança e chegar mais rapidamente à casa de seu filho, que mora na rua paralela. Para tanto, foi construído um portão ligando os imóveis e instalada iluminação e pavimento. Determinado dia, José decidiu construir uma casa de cachorro para futuramente adquirir um animal doméstico, utilizando uma parte do terreno pela qual Lino passava, impedindo então que este continuasse a atravessar pelo imóvel, o que causou um grande desentendimento entre os amigos e fez com que Lino procurasse um advogado.

Diante deste cenário, responda:

- a) Lino possui direito à passagem forçada?
- b) Qual a ação a ser ajuizada por Lino para que seja reconhecida a aquisição de direito real de servidão de passagem?

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	

20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Assinatura OAB: até a aprovação

<http://bit.ly/Assinatura-OAB>